



Estratégia
CONCURSOS

PARTE 1

Noções de Sustentabilidade – TRF 5
Prof. Rosenvál Júnior - @profrosenvál



ATENÇÃO!!!

- ❖ Esta é a **Revisão Parte I** de **27/11/2017**, com os temas:
Conceito de Desenvolvimento Sustentável;
Resolução CNJ 201/15; e
Decreto 7.746/12.
- ❖ A **Revisão Parte II** acontecerá no sábado dia **2/12/2017** com os temas:
Política Nacional de Resíduos Sódios (PNRS); e
Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC).

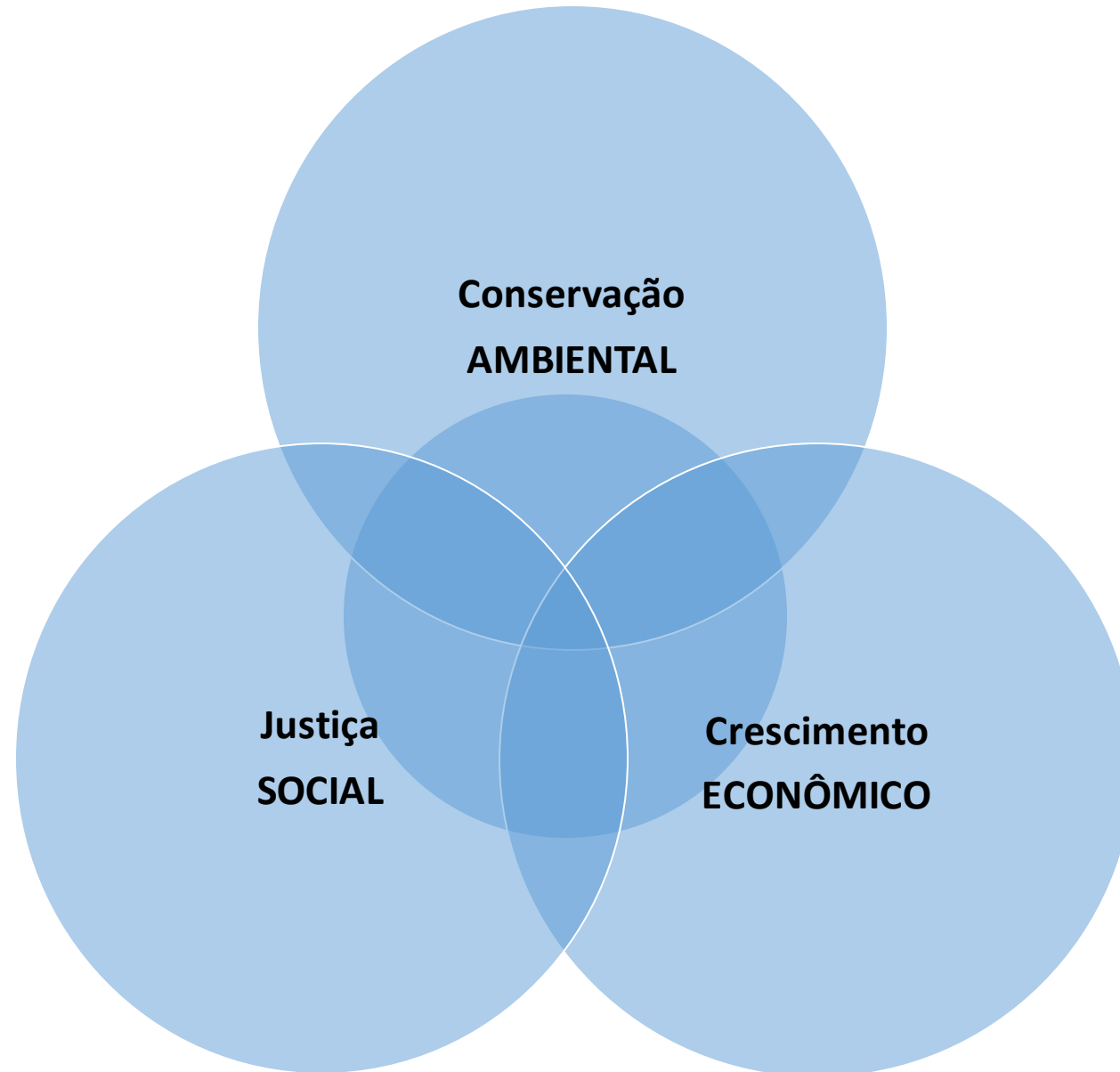




Conceito de Desenvolvimento Sustentável

*“**Desenvolvimento sustentável** é aquele que atende as necessidades das **gerações presentes** sem comprometer a capacidade das **gerações futuras** na satisfação de suas próprias necessidades.”*

Relatório Brundtland "Nosso Futuro Comum", de 1987,
elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.





1 - (Técnico – TRT 10ª Região)

A mais aceita definição de desenvolvimento sustentável é a que se baseia no suprimento das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

Certo.



2 - (FCC – Analista Ambiental - SEGEP - 2016)

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que uma das “correntes” que dá sustentação às ideias acima é a que postula a necessidade de investimento no consumo e no turismo ecológicos, de forma a atingir o equilíbrio econômico, promovendo o congelamento do crescimento industrial em termos globais.

Errado.



3 - (FCC – Analista Ambiental - SEGEP - 2016)

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que uma das “correntes” que dá sustentação às ideias acima é aquela que defende a posição de que o desenvolvimento sustentável só se concretizará nos países do Hemisfério Norte, dado que suas necessidades e demandas por consumo de recursos naturais ou ecológicos seriam atendidas pelos países pobres ou em desenvolvimento.

Errado.



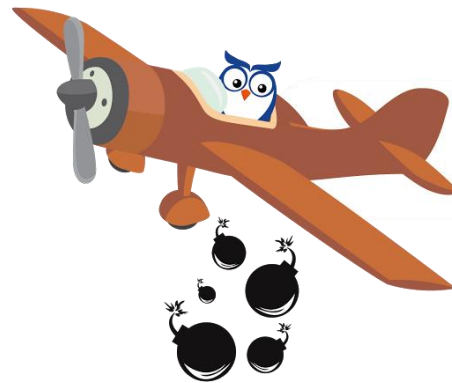
4 - (FCC – Analista Ambiental - SEGEP - 2016)

O conceito de desenvolvimento sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, sendo que uma das “correntes” que dá sustentação às ideias acima é aquela que exige do Estado, dos coletivos que integram o sistema de representação política e da sociedade civil organizada o esforço na elaboração de um pacto de curto prazo de modo a desmercadorizar os recursos naturais, tornando-os bens coletivos.

Errado.



Resolução CNJ nº 201/2015



DESPENCA NA
PROVA!





O que o PJ deve fazer?

- Mudar os padrões de compra, consumo e gestão documental.

Qual o objetivo?

- Promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.



A Resolução CNJ nº 201/2015 dispõe sobre o quê?

- ✓ Criação e competências das **unidades ou núcleos socioambientais** nos *órgãos e conselhos* do Poder Judiciário;
- ✓ Implantação do **Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)**;
- ✓ **Indicadores mínimos** para avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS-PJ (**Anexo I**);
- ✓ **Sugestões de práticas** de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente quanto à aquisição de materiais e à contratação de serviços (**Anexo II**).



5 - (Analista - STJ – 2015)

O acompanhamento das práticas de sustentabilidade nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário ainda depende da criação de indicadores mínimos para a avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS-PJ.

Errado.



6 - (TRF2 – 2017)

O uso sustentável de recursos naturais e bens públicos deverá ter como objetivos o combate ao desperdício e o consumo consciente de materiais, com destaque para a gestão sustentável de documentos como a implementação de processo judicial eletrônico e a informatização dos processos e procedimentos administrativos.

Certo.



Conceitos

- **Logística sustentável:** processo de **coordenação do fluxo** de materiais, de serviços e de informações, **do fornecimento ao desfazimento**, *considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado;*



- ***Critérios*** de sustentabilidade: métodos utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;
- ***PRÁTICAS*** de sustentabilidade: **ações** que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à **inserção de critérios de sustentabilidade** nas atividades do Poder Judiciário;
- ***PRÁTICAS*** de racionalização: **ações** que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do **gasto público** e o aperfeiçoamento contínuo na **gestão dos processos** de trabalho;



Critério é um **método!** Bizu: CriMe.

Prática é uma **ação!**

Prática de **SUSTENTABILIDADE** -> **Ação** para **inserir critérios (métodos)** de **SUSTENTABILIDADE**.

Prática de **racionalização** -> **Ação** para melhorar a qualidade do **gasto público** + aperfeiçoar a **gestão** dos processos.



7 - (TRF2 – 2017)

Nos termos da Resolução 201/15 do Conselho Nacional de Justiça, ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário, denomina-se:

- A) Agenda Ambiental**
 - B) Logística Sustentável**
 - C) Práticas de Racionalização**
 - D) Práticas de Sustentabilidade**
- Letra D.**



- **Coleta seletiva:** coleta de resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição com **destinação ambientalmente adequada;**
- **Coleta seletiva solidária:** coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;
- **Resíduos recicláveis descartados:** materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos do Poder Judiciário;



8 - (TRE BA – 20/08/2017)

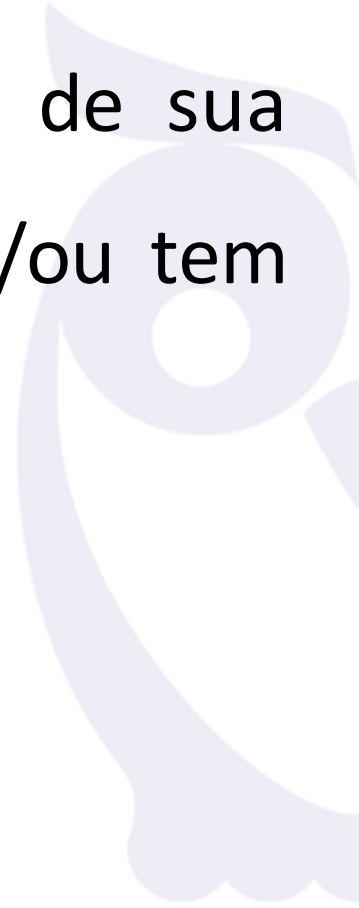
Coleta seletiva corresponde à coleta de resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição com destinação ambientalmente adequada.

Certo.





- **Material de consumo:** todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua **utilização limitada a dois anos;**





- **Compra compartilhada:** contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, na qual a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços serão de um órgão ou entidade da Administração Pública Federal com o **objetivo de gerar benefícios econômicos e socioambientais;**
- **Ponto de equilíbrio:** quantidade ideal de recursos materiais necessários para execução das atividades desempenhadas por uma unidade de trabalho, sem prejuízo de sua eficiência;
- **Corpo funcional:** Magistrados, Servidores e Estagiários;
- **Força de trabalho auxiliar:** funcionários terceirizados.



As **unidades ou núcleos socioambientais** deverão ter **caráter PERMANENTE** para o planejamento, implementação, monitoramento de **metas anuais** e avaliação de indicadores de desempenho.





9 - (TRF2 – 2017)

As unidades ou núcleos socioambientais deverão ter caráter temporário até que se realizem o planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais de sustentabilidade, para posterior avaliação pelos Conselhos socioambientais permanentes.

Errado.



As unidades ou núcleos socioambientais deverão fomentar ações que **estimulem:**

I - o aperfeiçoamento contínuo da **qualidade do gasto público;**

II - o **uso sustentável** de recursos naturais e bens públicos;

III - a **redução do impacto negativo** das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados;

IV - a promoção das **contratações sustentáveis;**

V - a **gestão sustentável** de documentos, em conjunto com a unidade responsável;

VI - a **sensibilização e capacitação do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e de outras partes interessadas;** e

VII - a **qualidade de vida no ambiente de trabalho,** em conjunto com a unidade responsável.



As unidades ou núcleos socioambientais deverão, **PREFERENCIALMENTE**, ser **SUBORDINADOS** à alta administração dos órgãos tendo em vista as suas atribuições estratégicas e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem.



Unidades ou núcleos socioambientais

- Caráter **PERMANENTE**
- Metas **Anuais**
- **PREFERENCIALMENTE SUBORDINADOS**
à alta administração

Bizu: #PAS





10 - (TRF2 – 2017)

As unidades ou núcleos socioambientais deverão, preferencialmente, ser subordinados à alta administração dos órgãos tendo em vista as suas atribuições estratégicas e as mudanças de paradigma que suas ações compreendem.

Certo.



O **CNJ** deverá publicar **ANUALMENTE**, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o **Balço Socioambiental do Poder Judiciário**, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário.



ANUALMENTE, o **B**alanco **S**ocioambiental do Poder **J**udiciário deverá ser publicado pelo **C**NJ, por intermédio do **D**PJ, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário.

BIZU: A B C D

Anualmente

Balanco

CNJ

DPJ

bal**A**nc**A**o **A**n**A**l



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
DO
PODER JUDICIÁRIO
(PLS-PJ)





O **PLS-PJ** é instrumento **VINCULADO** ao **planejamento estratégico** do Poder Judiciário, com **objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos** de execução, mecanismos de **monitoramento e avaliação** de resultados, que permite estabelecer e acompanhar **práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade** que objetivem uma **melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho**, considerando a **visão sistêmica** do órgão.



O PLS-PJ será aprovado pela alta administração do órgão.

O PLS-PJ **podará ser SUBDIVIDIDO**, a critério de cada órgão, em razão da complexidade de sua estrutura.





O PLS-PJ irá subsidiar, **anualmente**, o **Balanco Socioambiental do Poder Judiciário**, a ser publicado pelo CNJ por intermédio do **DPJ** (Departamento de Pesquisas Judiciárias), no prazo de 180 dias a contar do recebimento do relatório de desempenho dos órgãos.



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO (PLS-PJ)

- Instrumento **VINCULADO** ao planejamento estratégico do Poder Judiciário.
- **Aprovado pela ALTA administração** do órgão;
- Poderá ser **SUBDIVIDIDO**, *a critério de cada órgão, em razão da complexidade de sua estrutura*;
- Comissão gestora do (PLSPJ -> 5) composta por **no mínimo 5 (CINCO)** servidores.





11 - (TRE PE – 2017)

É vedada a subdivisão do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário, que deve ser uniforme e homogêneo para os diversos órgãos do Poder Judiciário.

Errado.





CUIDADO!!! ATENÇÃO!!! VINCULADO X SUBORDINADO

DICA DO MESTRE ROSENVAL PARA NÃO LEVAR TROLHA!

PLS PJ -> Instrumento VINCULADO ao planejamento estratégico do Poder Judiciário.

Aprovado pela ALTA administração do órgão;

As unidades ou núcleos socioambientais deverão,
PREFERENCIALMENTE, ser SUBORDINADOS à ALTA
administração.



Comissão Gestora do PLS-PJ

Os órgãos e conselhos do Poder Judiciário **deverão** constituir **comissão gestora** do PLS-PJ composta por **no mínimo 5 (cinco) servidores**, que serão **designados pela alta administração** no **prazo de 30 dias** a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.

A comissão gestora do PLS-PJ será composta, **obrigatoriamente**, por um servidor da unidade ou núcleo socioambiental, da unidade de planejamento estratégico e da área de compras ou aquisições do órgão ou conselho do Poder Judiciário.



12 - (FCC - Técnico Judiciário - TRT - 23ª REGIÃO)

De acordo com o PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO – PLS-PJ, os órgãos e conselhos do Poder Judiciário deverão constituir comissão gestora do PLS-PJ composta por, no mínimo,

a) 7 servidores, que serão designados pela alta administração no prazo de 60 dias a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.

b) 10 servidores, que serão designados pela alta administração no prazo de 60 dias a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.



c) 5 servidores, que serão designados pela alta administração no prazo de 30 dias a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.

d) 5 servidores, que serão designados pela alta administração no prazo de 120 dias a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.

e) 10 servidores, que serão designados pela alta administração no prazo de 30 dias a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.

Letra C.



As práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços deverão abranger, **no mínimo**, os seguintes **temas**:

I – uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, a implantação do PJe e a informatização dos processos e procedimentos administrativos;

II – energia elétrica;

III – água e esgoto;

IV – gestão de resíduos;



V – qualidade de vida no ambiente de trabalho;
VI – sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas;





VII – **contratações sustentáveis**, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial;

VIII – **deslocamento de pessoal**, bens e materiais considerando **todos os meios de transporte**, com foco na **redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes**.



+ QUESTÕES!

13 - (TRF2 – 2017)

Os órgãos e conselhos do Poder Judiciário deverão adotar modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Certo.



14 - (TRF2 – 2017)

As unidades ou núcleos socioambientais deverão estimular a reflexão e a mudança dos padrões de compra, consumo e gestão documental dos órgãos do Poder Judiciário, bem como do corpo funcional e força de trabalho auxiliar de cada instituição.

Certo.



Decreto 7.746/2012 **(Licitações Sustentáveis e CISAP)**





Podem TATUAR NO CÉREBRO os artigos mais cobrados do Decreto 7.746/12:

- 2º
- 4º
- 9ª, 10, 11 E 14

ATENÇÃO! LEIAM ESSES ARTIGOS!!!





A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório.

A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.



CUIDADO!!! ALTERAÇÕES de 23 de outubro de 2017.

~~Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:~~

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados **critérios e práticas sustentáveis**, entre outras:

[\(Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017\)](#)

~~I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;~~

I - **baixo impacto** sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017\)](#)

II – **preferência** para materiais, tecnologias e matérias-primas de **origem local**;

III – **maior eficiência** na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – **maior geração de empregos, preferencialmente** com mão de obra **local**;

V – **maior vida útil e menor custo** de manutenção do bem e da obra;



~~VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e~~

VI - uso de **inovações** que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

[\(Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017\)](#)

~~VII — origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.~~

VII - **origem sustentável** dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

[\(Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017\)](#)

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de **manejo florestal sustentável** ou de **reflorestamento**.

[\(Incluído pelo Decreto nº 9.178, de 2017\)](#)



Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública CISAP

A participação na CISAP é considerada prestação de serviço público relevante, **NÃO** remunerada.

Poderão ser convidados a participar das reuniões da CISAP especialistas, pesquisadores e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas.

Bizu:

CiSaP = Consultiva, Sem R\$, Permanente.



ATENÇÃO!!!

1 representante do Ministério do Meio Ambiente
exercerá a **vice-presidência** da CISAP.





15 - (UFPA - Assistente Administrativo – 2017)

Dentre os representantes da CISAP existe um de uma organização não governamental.

Errado.





16 - (UFPA - Assistente Administrativo – 2017)

A participação na CISAP é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Certo.





17 - (UFPA - Assistente Administrativo – 2017)

Compete à CISAP propor a criação de novas modalidades de licitação, compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Errado.





Prazos da RESOLUÇÃO CNJ 201/15

Art. 3º, IX – material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a **dois anos**;

Art. 4º As unidades ou núcleos socioambientais deverão ter caráter permanente para o planejamento, implementação, monitoramento de metas anuais e avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento desta Resolução, devendo ser criadas no **prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias**, a partir da publicação da presente.



Art. 9º O CNJ deverá publicar **anualmente**, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, fomentado por informações consolidadas nos relatórios de acompanhamento do PLS-PJ de todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário.



Art. 12. Os órgãos e conselhos do Poder Judiciário deverão constituir comissão gestora do PLS-PJ composta por no mínimo 5 (cinco) servidores, que serão designados pela alta administração no **prazo de 30 dias** a partir da constituição das unidades ou núcleos socioambientais.

Art. 15. A elaboração e atualização do inventário de bens e materiais, adquiridos pelo órgão no **período de um ano**, deverão ser feitas em conformidade com a normatização interna de cada órgão do Poder Judiciário conforme definição no art. 3º, XII.



Art. 18. O PLS-PJ deverá ser formalizado em processo administrativo e, para cada tema citado no art. 16, (...)

§ 1º Para os temas listados no art. 16, os resultados alcançados serão **avaliados semestralmente e/ou anualmente** pela comissão gestora do PLS-PJ, utilizando os indicadores constantes no Anexo I e banco de boas práticas.

Art. 21. O PLS-PJ deverá ser elaborado e publicado no sítio dos respectivos órgãos e conselhos do Poder Judiciário no **prazo de cento e oitenta dias**, contados a partir da publicação desta resolução.



Art. 22. Os resultados obtidos a partir da implantação das ações definidas no PLS-PJ deverão ser publicados **ao final de cada semestre do ano** no sítio dos respectivos conselhos e órgãos do Poder Judiciário, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Art. 23. **Ao final de cada ano** deverá ser elaborado por cada órgão e conselho do Poder Judiciário relatório de desempenho do PLS-PJ. (...)§ 1º Os relatórios deverão ser publicados no sítio dos respectivos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e encaminhados, em forma eletrônica, ao CNJ **até o dia 20 de dezembro do ano corrente** pela autoridade competente do órgão ou conselho.



Art. 24. O PLS-PJ irá subsidiar, **anualmente**, o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, a ser publicado pelo CNJ por intermédio do DPJ, no **prazo de 180 dias** a contar do recebimento do relatório de desempenho dos órgãos.

ANEXO I DA RESOLUÇÃO 201 , DE 3 DE MARÇO DE 2015

Periodicidade dos indicadores: **mensal ou anual.**

Exemplos:

Papel, Telefonia, Combustível -> **MENSAL**

Copos descartáveis, Água envasada em embalagem plástica, Impressão, Reformas, Limpeza, Vigilância, Qualidade de vida,

Capacitação socioambiental -> **ANUAL**



ATENÇÃO!

Este é o material base do Aulão de Noções de Sustentabilidade, ministrado pelo Prof. Rosenval.

Este PDF não tem o objetivo de esgotar o assunto. É apenas um resumo que atende aos propósitos de um aulão de revisão.

Acesse o site do Estratégia Concursos, caso tenha interesse em adquirir o curso completo com toda a teoria e questões comentadas em PDF e em vídeoaulas.



Dicas e conteúdos de valor para a sua prova:
<https://www.instagram.com/profrosenval/>

Sigam no **Facebook**: Rosenval Júnior

Inscrevam-se no **Youtube**: Rosenval Júnior

Sigam no **Instagram**: @profrosenval

